

Literatura e filosofia em *Os animais têm razão*

João Victor Rodrigues Santos*
<http://orcid.org/0000-0001-5064-9949>

Resumo: Em *Os animais têm razão* (2010), sete bichos se reúnem em assembleia para discutir a conduta do Homem no mundo. Considerando os escritos filosóficos de Bacon (1979; 2002) e de Montaigne (2009), refletimos sobre como são caracterizados o humano e a natureza, além de investigarmos as fronteiras entre Literatura e Filosofia. Visitamos as contribuições de Nunes (2010), Nitrini (2015), Samoyault (2008) e Chevalier e Gheerbrant (1988). O poema apresenta-se criticamente acerca das interações entre o ser humano e a natureza e serve de alerta para a surdez do primeiro à voz do mundo natural.

Palavras-chave: Ética. Literatura e Filosofia. Meio ambiente.

Literature and philosophy in *Os animais têm razão*

Abstract: In *Os animais têm razão* (2010), seven animals gather in an assembly to discuss the conduct of Man in the world. Considering the philosophical writings of Bacon (1979; 2002) and Montaigne (2009), we reflect on how the human and nature are characterized, in addition to investigating the boundaries between Literature and Philosophy. We visited the contributions of Nunes (2010), Nitrini (2015), Samoyault (2008) and Chevalier and Gheerbrant (1988). The poem presents itself critically about the interactions between human beings and nature and serves as an alert to the deafness of the first to the voice of the natural world.

Keywords: Ethic. Literature and philosophy. Environment.

Literatura y filosofía en *Os animais têm razão*

Resumen: En *Os animais têm razão* (2010), siete animales se reúnen en asamblea para discutir el comportamiento del Hombre en el mundo. Considerando los escritos filosóficos de Bacon (1979; 2002) y Montaigne (2009), reflexionamos sobre cómo se caracteriza lo humano y la naturaleza, además de investigar los límites entre Literatura y Filosofía. Visitamos las contribuciones de Nunes (2010), Nitrini (2015) Samoyault (2008) y Chevalier y Gheerbrant (1988). El poema se presenta críticamente sobre las interacciones entre los seres humanos y la naturaleza y sirve como una alerta sobre la sordera del primero a la voz del mundo natural.

Palabras clave: Ética. Literatura y Filosofía. Medio ambiente.

* Universidade Federal de Sergipe. Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS). Professor de Língua portuguesa na Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC/AL) E-mail: jvrs@academico.ufs.br.



Introdução

Ocupante da cadeira de número 15 da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC), cujo patrono é o memorável Patativa do Assaré, Antônio Francisco Teixeira de Melo, ou Antônio Francisco, é poeta, xilógrafo, e compositor potiguar, além de autor de *Os animais têm razão* (2010). Este poema, transformado em livro pela editora IMEPH, de Fortaleza, trata de uma assembleia promovida por sete animais para discutirem a conduta do Homem no mundo, abordando temas como meio ambiente e ética.

O texto é estruturado em 34 estrofes, sendo 33 sextilhas setessilábicas, seguindo um esquema de rimas ABCBDB, e uma última septilha, também setessilábica, com um esquema de rimas ABCBDDDB. Durante sua leitura, somos apresentados a um eu lírico narrador que, numa de suas andanças pelo que parece ser o sertão cearense¹, depara-se com uma árvore de juazeiro e decide passar a noite nela. Dali, entre sonolento e desperto, presencia uma mística assembleia protagonizada por sete animais.

Porco, cachorro, cobra, burro, rato, morcego e vaca, individualmente, mostram-se indignados com a maneira com que o Homem lida com seu semelhante e com a natureza. Poluição de rios e mares, violência, guerra, falta de solidariedade com os seus e abuso para com o mundo natural são assuntos tratados pelos animais. O contato com as discussões empreendidas pelas sete entidades provoca no eu lírico a reflexão sobre quem teria razão ao atuar no mundo. Teriam razão os homens, que sujam, matam, roubam e são a alegoria do egoísmo, ou será que os animais, incentivadores de uma relação equilibrada entre todos os seres vivos, têm razão? A maneira de se existir no natural deve ser pautada por medidas de controle da natureza pelo Homem ou de harmonia entre ambos?

Esses questionamentos nos dão abertura para sugerir uma leitura de *Os animais têm razão* a partir do cotejamento das questões apontadas com reflexões dispostas em escritos filosóficos de Francis Bacon (1979, 2002) e Michel de Montaigne (2009). Para isso, utilizamos as contribuições de Benedito Nunes (2010), Sandra Nitrini (2015) e

¹ Supomos essa localização com base nas referências às cidades de “Canindé”, “Fortim”, e “Cristais”, todas pertencentes ao estado cearense.

Tiphaine Samoyault (2008) como aporte teórico para pensar as relações possíveis entre Literatura e Filosofia, e as noções de intertextualidade e intertexto, respectivamente. Assim, propomos um diálogo que, através do campo de estudo da Literatura comparada, se debruce sobre as fronteiras do literário e do filosófico, intermediado pelo poema de Antônio Francisco.

Os animais têm razão enquanto literatura de cordel

Conforme Roiphe (2016), a origem da literatura de cordel no Brasil é atribuída aos cantos de desafios ocorridos na região nordeste. O gênero é visto inicialmente como um traço cultural que representa eminentemente a tradição oral e é uma das mais fortes marcas e afirmações do folclore brasileiro. A propagação de acontecimentos, causos, pejejas etc. dava-se por meio dos versos cantados. As marcas da oralidade na literatura de cordel, inclusive, podem ser atestadas a partir da leitura de folhetos escritos em qualquer época. O poeta Leandro Gomes de Barros (1875-1918) é tido como o primeiro cordelista que, a partir de 1893, estabeleceu uma forma de registro escrito para o que era cantado: os folhetos. A partir dele é que a tradição da tiragem impressa dos cordéis teve início (ROIPHE, 2016).

São várias as temáticas trazidas pelos cordelistas em seus textos. Desde pejejas/desafios, que podem ser categorizadas da seguinte maneira: i) de cantadores com cantadores como, por exemplo, “A pejeja de Severino Simeão com Ana Roxinha”, de autoria de Severino Simeão; ii) de cordelistas com cordelistas, a citar a “Pejeja de João Athayde com Leandro Gomes de Barros”, de João Martins de Athayde; e iii) de cantadores com criaturas folclóricas como “A malassombrada pejeja de Pedro Tatu com o Lobisomem”, do cordelista Antônio Klévisson Viana; até narrações de causos singulares, como “A chegada de Lampião no inferno”, “O cavalo que defecava dinheiro”, “As palhaçadas de Pedro Malazarte” etc. e de questões sociais, de ordem política, ambiental, religiosa ou econômica.

Dentre as características sublinhadas, destacamos sua capacidade de crítica e análise social. Assim, dentre algumas das temáticas abordadas pelos poetas, podemos apontar que, partindo de um olhar sóbrio, o cordel se configura como um gênero literário que, por ser construído sobre uma base de cultura oral, expressa as questões mais emergentes do povo popular: do retrato de personagens caricaturais à análise crítica da ordem estabelecida, como podemos notar ao visitarmos poemas como “O fim do mundo”, “A eleição de Barack Obama” e “O vaqueiro no sertão”, de Barbosa (2022).

A produção cordelística de Antônio Francisco não foge à regra. A partir de textos como *Os animais têm razão* (2010), o escritor potiguar expõe sua visão e problematiza a maneira de vida do homem que, pós-industrialização, intensificou suas ações de degradação da natureza. A revolta assinalada nos versos de Francisco é pontuada por questões alçadas à esfera do atemporal: as relações Homem-Natureza e Homem-Homem.

Assim, visitaremos o poema de modo a investigar as questões trazidas pelos sete constituintes². Para isso, partimos de uma leitura que tenciona refletir sobre as contribuições de cada um dos participantes da assembleia, relacionando os dizeres de cada animal à maneira como eles historicamente foram caricaturados pelo ser humano e seu caráter de ressignificação do estereótipo de Homem enquanto animal racional.

Literatura e filosofia

De acordo com Benedito Nunes (2010), a relação entre literatura e filosofia, enquanto campos do conhecimento e da expressão do pensamento humano, assume diferentes posturas durante a história da humanidade. Para o estudioso, podemos elencar três tipos de relacionamento entre ambas: um disciplinar, outro extra ou supradisciplinar e um terceiro transacional.

² O livro possui este título alternativo: *Os sete constituintes*.

Segundo a perspectiva disciplinar, a filosofia e a literatura constituem diferentes modos de significação do mundo. A primeira pertenceria à esfera do pensamento racional e a segunda, ao campo da abstração e da criação artística. Desse modo, “[...] a poesia é considerada inferior ao saber conceptual da filosofia, como pensamento que a supera explicando-a ou compreendendo-a”. (NUNES, 2010, p. 3). Nesse viés, o pensamento filosófico, de natureza ordenada e analítica, teria a capacidade de apontar as lacunas lógicas do discurso artístico-literário e discipliná-lo.

Por outro lado, Nunes aborda a noção engendrada pelos primeiros românticos alemães de que a poesia estaria além da própria filosofia e, ainda, do saber científico. Invertendo a relação disciplinar, naquilo a que o estudioso brasileiro chama de relação “extra ou supradisciplinar”, o saber artisticamente concebido seria dotado de um aspecto significativo sempre inapreensível em sua plenitude por noções filosófico-científicas de compreensão do mundo³. (NUNES, 2010).

Ao chegar às figuras dos poetas que são filósofos e vice-versa, Nunes nos sugere uma terceira noção para pensar as fronteiras entre literatura e filosofia: a transacional. Além do caráter disciplinar e da inapreensibilidade que constituem/constituíram o pensamento racional e as manifestações artísticas, há algo que faz com que tanto uma quanto outra mantenham suas próprias características, sem haver uma “assimilação transformadora”:

É o movimento de ir de uma a outra, portanto separadas, cada qual na sua própria identidade, sem que cada qual esteja acima ou abaixo de sua parceira, numa posição de superioridade ou inferioridade do ponto de vista do conhecimento alcançado ou da verdade divisada, que constitui aqui o essencial. Se vamos de uma para outra, quer isso dizer que elas não são contíguas, mas que, guardando distância, podem aproximar-se entre si. A relação transacional é uma relação de proximidade na distância. A filosofia não deixa de ser filosofia tornando-se poética nem a poesia deixa de ser poesia tornando-se filosófica. Uma polariza a outra sem assimilação transformadora. (NUNES, 2010, p. 13).

Partindo desse relacionamento transacional, empreendemos nossa leitura de *Os animais têm razão*, de modo a investigar como o texto de Francisco nos auxilia a pensar

³ É interessante notarmos como a relação extra ou supradisciplinar nos remonta à história da filosofia, principalmente à transição entre o mito e o pensamento filosófico enquanto base para a explicação dos fenômenos. Por seu caráter subjetivo, as explicações mitológicas foram sendo relativizadas a partir das maneiras racionais e objetiváveis de se pensar e significar o mundo (Cf. MARCONDES, 2007).

as fronteiras entre literatura e filosofia, principalmente a partir da associação das ideias do escritor potiguar com possíveis ressonâncias dos pensamentos de Bacon (1979; 2002) e Montaigne (2009).

Para embasar nossa proposição, retomamos as contribuições de Sandra Nitrini e de Tiphaine Samoyault para os estudos sobre Literatura comparada. A estudiosa brasileira, ao investigar e sintetizar o pensamento de autores como Bakhtin, Kristeva e Jenny, aponta-nos que

A linguagem poética surge como um diálogo de textos. Toda sequência está duplamente orientada: para o ato da reminiscência (evocação de uma outra escrita) e para o ato da somação (a transformação dessa escritura). O livro remete a outros livros e, pelo processo de somação, confere a esses livros um novo modo de ser, elaborando assim a sua própria significação. [...] o texto literário se apresenta como um sistema de conexões múltiplas [...]. (NITRINI, 2015, p. 162-163).

Além disso, Samoyault, traduzida por Nitrini, investiga leituras diversas que foram realizadas sobre a noção de intertextualidade. Ao tratar sobre os estudos de Michael Riffaterre, a estudiosa francesa aborda o “intertexto”, apresentado como

[...] uma categoria da interpretância e designa qualquer índice, qualquer traço, percebidos pelo leitor, sejam eles citação implícita, alusão mais ou menos transparente ou vaga reminiscência, que podem esclarecer a organização estilística de um texto [...] (SAMOYAULT, 2008, p. 25).

Com efeito, considerando que o intertexto surge como um “efeito de leitura” e que a poesia é fruto de um “diálogo de textos”, apontamos a pertinência de empreender uma leitura de *Os animais têm razão* a partir do relacionamento com ideias trazidas por Bacon e Montaigne. Nos versos potiguares, notamos ideias que podem ser (re)pensadas a partir de temas trabalhados em obras como *Nova Atlântida* (1979), *A sabedoria dos antigos* (2002) e *Dos canibais* (2009).

Os bichos têm razão?

Em *Os animais têm razão* (2011), Francisco nos apresenta um eu lírico viajante, que se encontra em pleno sertão nordestino, rodeado pelo ambiente da caatinga, por

traços típicos da seca, como o solo rachado e o juazeiro. Em seus versos, o mundo natural é valorizado a partir da beleza e da potência simbólica que a paisagem assume: a árvore do juazeiro alegoriza a vida persistente do sertanejo; o clima quente e seco, mas resistente e de belezas por descobrir, assinala a vida em estado de desabrochar do sertão. É louvando e se admirando (d)a resistência da natureza que o cantador dá início à sua história:

Quem já passou no sertão
E viu o solo rachado,
A caatinga cor de cinza
Duvido não ter parado
Pra ficar olhando o verde
Do juazeiro copado.

E sair dali pensando:
Como pode a natureza
Num clima tão quente e seco,
Numa terra indefesa
Com tanta adversidade
Criar tamanha beleza.
(FRANCISCO, 2010, p. 7).

A natureza resistente é sintetizada na figura do juazeiro, árvore cujas folhas exalam um persistente tom de verde. Este pode ser encarado, também, como símbolo das mulheres e homens que habitam o sertão, os quais mesmo “numa terra indefesa/ com tanta adversidade” mantêm vivos seus costumes e tradições. A admiração do narrador ao ver o verde do juazeiro persistindo entre “a caatinga cor de cinza”, provoca-lhe o incrédulo questionamento de procurar saber como é que é possível a natureza “com tanta adversidade/ criar tamanha beleza”. Tal dúvida pode ser encarada como um sintoma das conclusões a que se chegará o poeta ao final do texto, pois, apesar de os animais narrarem todas as situações pelas quais passam e os sofrimentos que o humano impõe ao meio natural, é sugerido o caráter de efemeridade do Homem e o de perenidade da Natureza.

Ao avistar o juazeiro e em face do seu cansaço, o narrador decide-se a passar a noite por ali. O movimento empreendido de buscar abrigo na copa da árvore sugere-nos uma relação pautada no respeito do homem para com a natureza.

Eu vinha de Canindé

Com sono e muito cansado,
Quando vi perto da estrada
Um juazeiro copado.
Subi armei minha rede
E fiquei ali deitado.
(FRANCISCO, 2010, p. 10).

Para sua surpresa, ele é acordado por “[...] uns gritos / debaixo do juazeiro”. Num estado de semiconsciência, entre desperto e sonolento, o cantador percebe uma reunião formada por sete animais, que discutem acerca da conduta do humano para com seus pares e para com a própria natureza. Um a um, os sete relatam as situações pelas quais passam e os sofrimentos aos quais resistem. Sofrimentos provocados pela ação humana no mundo. Ao final da assembleia, notamos que o poeta passa por um processo de tomada de consciência ao se aperceber de como, efetivamente, o bicho homem maltrata os animais, a natureza e a ele próprio.

Quando eu olhei pra baixo
Eu vi um porco falando,
Um cachorro e uma cobra
E um burro reclamando,
Um rato e um morcego
E uma vaca escutando.
(FRANCISCO, 2010, p. 12).

A partir daí, configura-se certo quadro fantástico de antropomorfização, pois os animais praticam ações eminentemente humanas, tais como “escutar”, “reclamar”, e, principalmente “falar”. Todos os sete animais metaforizam a voz da natureza, que (re)clama um melhor tratamento. A surpresa do narrador é maior quando ouve o que o porco diz. Com a fala deste, é iniciado um grande levantamento das ações que o ser humano pratica e que vai contra o que parece ser a ordem natural do mundo:

O porco dizia assim:
— Pelas barbas do capeta!
Se nós ficarmos parados
A coisa vai ficar preta...
Do jeito que o homem vai,
Vai acabar o planeta.

Já sujaram os sete mares
Do Atlântico ao mar Egeu,
As florestas estão capengas,
Os rios da cor de breu
E ainda por cima dizem

Que o sebo sou eu.
(FRANCISCO, 2010, p. 14).

Nesses versos, notamos o aspecto universal, e não particular, tanto do homem quanto do porco. Trata-se de um porco com conhecimento de causa. É um animal que conhece os mares e os rios. Ele, que é tido por muitos, como bicho sujo e “sebo”, porque retira seu sustento da lama e nela vive, mostra-se revoltado. A espécie humana que o significa como “sebo” é a mesma que suja “os sete mares”, que deixa “os rios da cor de breu”. Tais versos exalam o caráter inverso das significações atribuídas: o porco, que é o animal irracional, é apresentado como pensador das consequências que o maltrato para com a água, um dos elementos primordiais para a manutenção da vida, podem trazer. Enquanto o *homo sapiens sapiens* é que a suja com seus dejetos industriais e lixo. O porco é pensador, e o homem é o sebo da história.

Diante dos sete animais que vão sendo apresentados e do caráter simbólico assumido pela narrativa a partir do estado de sonolência em que se encontra o poeta, podemos investigar suas respectivas simbologias. Em relação à do porco, Jean Chevalier e Alain Gheerbrandt (1988, p. 734) dizem que:

Quase que universalmente, o porco simboliza a comilança, a voracidade: ele devora e engole tudo o que se apresenta. O porco é geralmente o símbolo das tendências obscuras, sob todas as suas formas, da ignorância, da gula, da luxúria e do egoísmo.

Assim, a partir da fala do suíno, notamos que as “tendências obscuras” são relacionadas ao bicho homem, pois ele é que, através de seus atos e do seu egoísmo, toma para si a responsabilidade de sujar rios e mares, bem como de desmatar florestas e ceifar a vida que insiste em nascer.

Após o porco destilar sua revolta, temos a fala do rato, outro animal cuja imagem é construída culturalmente de forma famigerada:

Os bichos bateram palmas,
O porco deu com a mão,
O rato se levantou
E disse: — Prestem atenção,
Eu também já não suporto
Ser chamado de ladrão.

O homem, sim, mente e rouba,

Vende a honra, compra o nome.
 Nós só pegamos a sobra
 Daquilo que ele come
 E somente o necessário
 Pra saciar nossa fome.
 (FRANCISCO, 2010, p. 16-17).

O “ladrão” rato fala do ladrão homem, que é corrupto, que “mente”, que “rouba”, que “vende a honra”, que “compra o nome”. O rato, que pode ser visto simbolicamente como um bicho “esfomeado, prolífico e noturno [...] frequentemente considerado uma imagem da avareza, da cupidez, da atividade noturna e clandestina” (CHEVALIER; GHEERBRANDT, 1988, p. 770), apresenta-se como o oposto. Ele é aquele que se satisfaz com pouco, com o necessário, e não com futilidades, com excessos, vaidades, assim como faz o homem. Este é que pode ser considerado o avaro, o clandestino. A temática da corrupção do homem frente aos prazeres e excessos atravessa os versos de Antônio Francisco na fala do rato.

O cordelista, ao seguir sua narrativa, após dar voz ao porco e ao rato, faz com que a vaca exprima suas insatisfações.

Palmas, gritos e assovios
 Ecoaram na floresta,
 A vaca se levantou
 E disse franzindo a testa:
 — Eu convivo com o homem,
 Mas sei que ele não presta.

É um mal agradecido,
 Orgulhoso, inconsciente.
 É doido e se faz de cego,
 Não sente o que a gente sente,
 E quando nasce é tomando
 A pulso o leite da gente.
 (FRANCISCO, 2010, p. 18).

No início dos versos, temos o sertão transformado em “floresta”, um algo a mais ao pensarmos no caráter fantástico daquilo presenciado pelo narrador. Além disso, a partir da fala da vaca, notamos o quão abusivo é o relacionamento dos humanos com a natureza. Não sentir o que os animais sentem é representativo da cisão existente entre ambos, pois o Homem coloca-se como dominador, enquanto a natureza figura como fonte de recursos para a manutenção da vida. Utilizada sem equilíbrio e de modo

extrativista, ela reclama seu respeito, sugerindo a busca por uma relação equalizada, pautada no respeito e na sustentabilidade quanto ao uso dos recursos. Essas temáticas remetem-nos ao pensamento de Francis Bacon (1561-1626), reconhecido filósofo inglês dos séculos XVI e XVII, que teceu importantes reflexões acerca do uso da ciência e da relação entre humano e natureza.

Centrado em uma noção, segundo a qual, é a partir do conhecimento e do respeito à natureza que o ser humano poderia dela usufruir plenamente, poderia viver de modo harmônico com ela. Bacon, em *Nova Atlântida* (1979), por exemplo, revela uma sociedade na qual o conhecimento científico caminha de maneira diretamente proporcional ao conhecimento da natureza. O domínio sobre esta proviria de seu conhecimento empírico.

Relacionando algumas das reflexões do empirista inglês na tentativa de se formular uma leitura de *Os animais têm razão* (2010), notam-se alguns pontos em que o texto de Antônio Francisco retoma algumas das ideias de Bacon acerca do trato do humano para com a natureza. A reunião dos sete animais pode ser encarada como reveladora para o eu lírico através da maneira como se pode ressignificar o trato para com o natural. O humano ouviria os queixumes da natureza (alegorizada na figura dos animais) e se converteria naquele que busca conhecê-la, interpretá-la.

Já em *A sabedoria dos antigos* (2002), Bacon embasa seus dizeres em diversas relações com a mitologia antiga e apresenta, entre tantos outros, o mito de Erictônio, filho da tentativa de Vulcano de possuir Minerva. Belo da cintura para cima e repulsivo no restante do corpo, Erictônio nasce da sugestão de uma imposição do mais forte, do princípio ativo com o princípio passivo da natureza, representados respectivamente pelo macho e pela fêmea. Tal mito representa as consequências das imposturas dos homens que procuram curvar a natureza ao seu gosto. Ainda no referido texto, o filósofo diz que “[...] a arte [...] quando tenta pela violentação [...] curvar a Natureza ao seu talante, vencê-la, subjugar-la, [...] raramente alcança seu objetivo”. (BACON, 2002, p. 65). O homem, através de seus artifícios, é aquele que procura se impor frente à natureza. No entanto, “[...] em meio aos seus esforços [...], ocorrem certos nascimentos imperfeitos e obras estropiadas, [...] impróprias para o uso”. (BACON, 2002, p. 65-66).

Seja com o uso de artifícios para acelerar o tempo de crescimento de determinado fruto ou de desenvolvimento de determinado animal, entre tantos outros casos que podem ser citados, o homem busca apressar o processo natural dos eventos. No entanto, tais procedimentos têm, muitas vezes, consequências dramáticas, tais como no mito de Erictônio, que, apesar de revelar uma boa aparência, escondia as deformidades da parte inferior do seu corpo. Frutos alterados pela intervenção do homem, por exemplo, podem até possuir uma bela feição, mas sua essência está maculada.

O mesmo acontece com os animais: o homem é aquele que utiliza de força para tirar o leite da vaca. Este é também o mesmo “mal-agrado” e “orgulhoso” que “[...] quando nasce é tomando/ a pulso o leite da gente” (FRANCISCO, 2010, p. 18). “De um modo geral, a vaca, produtora de leite, é o símbolo da Terra nutriz”. (CHEVALIER; GHEERBRANDT, 1988, p. 925). Com efeito, agredir a vaca que dá o leite e que garante sua existência é mais uma das maneiras trazidas pelo poeta de se violar e abusar da natureza.

São os homens que “[...] obcecados demais com seu projeto para se redimir de seus erros, antes lutam contra a Natureza que lhe tributam a devida observância e atenção”. (BACON, 2002, p. 66). Tal culto, por assim dizer, ao não conhecimento da natureza é ressonante nos versos de Antônio Francisco não só nas falas da vaca, mas também nas dos demais animais reunidos.

No decorrer da assembleia, a cobra toma a voz e relata seus pensamentos e suas conclusões acerca do ser humano:

Entre aplausos e gritos,
A cobra se levantou,
Ficou na ponta do rabo
E disse: — também eu sou
Perseguida pelo homem
Pra todo canto que vou.

Pra vocês o homem é ruim,
Mas pra nós ele é cruel.
Mata a cobra, tira o couro,
Come a carne, estoura o fel,
Descarrega todo o ódio
Em cima da cascavel.

É certo, eu tenho veneno,
Mas nunca fiz um canhão.

E entre mim e o homem,
 Há uma contradição:
 O meu veneno é na presa,
 O dele no coração.

Entre os venenos do homem,
 O meu se perde na sobra...
 Numa guerra o homem mata
 Centenas numa manobra,
 Inda tem cego que diz:
 “Eu tenho medo de cobra”.
 (FRANCISCO, 2010, p. 20-22, aspas do autor).

Nos versos em que a cobra fala, a atitude do homem muda. Ele não é somente aquele que suja rios e mares, rouba, se corrompe, é “mal-agrado” e “orgulhoso”. Agora, é, também, o perverso. Perversidade que se aplica não somente à cobra, tida como um dos mais inferiores bichos existentes. Através dos processos de “matar a cobra”, “tirar o couro”, “comer a carne” e “estourar o fel” têm-se relatadas passagens que revelam o quão frio e mau pode vir a ser o homem, o racional homem. Tomem-se também as perversidades que se reverberam entre os seus próprios pares, através da guerra e dos morticínios.

A cobra não nega que possui veneno. No entanto, ele é algo inato, natural, seu veneno é “na presa” e “se perde na sobra”. O homem, por seu lado, é representado como o verdadeiro envenenador. É ele aquele que possui o coração envenenado, “o meu veneno é na presa,/ o dele [homem] no coração”, e que faz guerra. A própria figura do canhão representa o progresso bélico. A ciência que utiliza o veneno da cobra para produzir o soro antiofídico é a mesma que produz armas de destruição em massa. A partir de tal pensamento, vale a pena voltar a *A sabedoria dos antigos* (2002) e ressaltar o que é dito por Bacon ao abordar o mito da “Esfinge, ou ciência”: “[Esta] que deixa perplexos os ignorantes e inábeis, pode muito bem ser considerada um monstro” (BACON, 2002, p. 89). Édipo, aquele que desvenda seu enigma, caso não o fizesse “com habilidade e prontidão” teria perecido. Pode-se entender tal passagem como uma alusão ao uso da ciência. Esta, caso não utilizada habilmente e com razões que visem ao bem comum, seria transformada em uma maleita para a humanidade, que traria como consequências, por exemplo, guerras e morticínios supérfluos, tal como estão apresentados nos versos acima.

Ainda em Bacon, tem-se o mito de “Dédalo, ou o mecânico”. Nele, apresentadas as consequências dos artifícios científicos, que, assim como salutares, podem vir a ser maléficis, a depender das maneiras como são utilizados:

Decerto a vida humana muito lhes deve [aos talentos], pois daí se tiram inúmeras coisas úteis ao aparato religioso, ao ornamento do Estado e ao universo da cultura. No entanto, da mesma fonte promanam os instrumentos da luxúria e até da morte. Pois, sem falar das práticas dos alcoviteiros, os venenos mais insidiosos, as armas de guerra e outros engenhos letais são frutos da invenção mecânica. (BACON, 2002, p. 64).

O último verso da fala da cobra é irônico, e acaba por revelar ao narrador o quão perigosos são seus semelhantes. Diz ela: “Inda tem cego que diz:/ ‘Eu tenho medo de cobra’”. A impressão tida é que se deve ter medo do próprio homem, que “[...] mata/centenas numa manobra [de guerra]”, e não da cobra. Novamente, percebemos o estabelecimento do aspecto de inversão semântica. O homem é que assume o papel de cobra.

A seguir, há a fala do burro, notadamente estressado. Depois de a cobra falar, houve certa confusão com o rato, por ele ter pisado no rabo do burro. Este parte para cima daquele para “dar-lhe um murro”. No entanto, o morcego “notando que ia acabar a paz” acalma a situação.

O burro pediu desculpas
E disse: — Muito obrigado,
Me perdoe se fui grosseiro,
É que eu ando estressado
De tanto apanhar do homem
Sem nunca ter revidado.

O rato disse: — Seu burro,
Você sofre porque quer.
Tem força por quatro homens,
Da carroça é o chofer...
Sabe dar coice e morder,
Só apanha se quiser.

O burro disse: — Eu sei
Que sou melhor do que ele.
Mas se eu morder o homem
Ou se eu der um coice nele
É mesmo que estar trocando
O meu juízo no dele.
(FRANCISCO, 2010, p. 27-29).

O burro é colocado nos versos como aquele que assume uma postura humanizada, pois é o “chofer” da carroça. Além de assim ser significado, ele dá mostras de sua refinada educação. Se comprova isto a partir de certas expressões como “muito obrigado”, “me perdoe se fui grosseiro”, e também pelo fato de ele, tendo “força por quatro homens”, podendo dar “coice” e “morder”, “nunca ter revidado”. O burro assume as posturas que se esperava que um animal racional assumisse.

É o homem que bate tanto no bicho sem ele ter revidado. O asno, que é tido muitas vezes como símbolo da ignorância, é aquele que assume o papel racional na relação homem-animal. Tanto é que ele assume: “Eu sei/ que sou melhor do que ele [o homem]”. Tomado de certo receio em revidar, o bicho, que é mais “humano” que o homem, não replica as pancadas que recebe, pois fazê-lo representaria uma inferioridade intelectual e moral: “[...] se eu morder o homem/ ou se der um coice nele/ é mesmo que estar trocando / o meu juízo no dele”.

Destaque-se ainda o caráter polissêmico do tratamento “Seu burro”, dado pelo rato. Pode-se tomar a expressão, por um lado, como vocativo. Por outro, como um desprezo dado ao companheiro de reunião, chamando-o de néscio, estúpido etc. O burro, após expor suas queixas, passa a vez ao cachorro e ao morcego, os únicos entre os sete animais presentes que ainda não falaram.

O cachorro disse: — Amigos,
 Todos vocês têm razão...
 O homem é um quase nada
 Rodando na contramão,
 Um quebra-cabeça humano
 Sem prumo e sem direção.

Eu nunca vou entender
 Por que o homem é assim:
 Se odeiam, fazem guerra
 E tudo quanto é ruim
 E a vacina da raiva
 Em vez deles, dão em mim.
 (FRANCISCO, 2010, p. 30-33).

Na fala do cachorro, assim como na da cobra, o poema retoma uma das maiores irracionalidades do homem: a guerra. O cachorro demonstra sua incredulidade em relação ao fato de o homem, aquele que faz guerra, que odeia seus pares, ser o mesmo a

se sentir no direito de aplicar nele a vacina contra a raiva e não em sua própria espécie, que revela tantas demonstrações iracundas.

Expressões caracterizadoras como “quase nada rodando na contramão”, “quebra-cabeça humano sem prumo e sem direção” revelam como, na ótica do cachorro, o homem é irracional, incompreensível, perdido. A expressão “quebra-cabeça humano” diz muito acerca da distinção existente entre homem e natureza. Esta é uma consigo mesma, enquanto o homem é a própria demonstração da discórdia, da separação, da falta de união. Tomem-se ainda as expressões “quase nada” e “rodando na contramão” e se verá, respectivamente, as questões relativas à pequenez do homem frente ao imenso mundo natural que o cerca, e ao sentido contrário de sua existência. Tal sentido deve-se, entre tantas outras coisas, ao desrespeito com o Natural, alegorizados como os sete bichos.

Dentre os animais reunidos, o morcego é o único que não apresenta algum queixume. Para ele, os humanos são bons “camaradas”. No entanto, certas condutas do homem para com seus pares atravessam sua fala.

O morcego abriu as asas,
Deu uma grande risada
E disse: — Eu sou o único
Que não posso dizer nada
Porque o homem pra nós
Tem sido até camarada.

Constrói castelos enormes
Com torre, sino e altar,
Põe cerâmica e azulejos
E dão pra gente morar
E deixam milhares deles
Nas ruas, sem ter um lar.
(FRANCISCO, 2010, p. 35-36).

O morcego, ao contrário dos demais bichos que participam da reunião, não possui uma reclamação acerca da conduta do homem em relação à sua espécie. Ao contrário, ele demonstra ter tão somente que agradecer àqueles por construírem “castelos enormes” todos ornamentados com “cerâmicas e azulejos”. A partir da caracterização feita pelo morcego da construção que possui “torre, sino e altar”, presume-se que deva ser alguma espécie de igreja. Com efeito, ao caracterizar a suposta

igreja e adorná-la com itens luxuosos como os já citados “azulejos” e as “cerâmicas” pode-se encarar a fala do morcego, também, como uma crítica a alguns procedimentos de certas religiões, que, mesmo tendo seus iguais “nas ruas, sem ter um lar”, não abrem mão de ostentar suas riquezas. Ostentação esta que poderia ser substituída por um uso mais solidário dos recursos, visando ao bem comum.

O Homem, ao passo que tem o poder de construir prédios luxuosos e belos, despreza seus pares que não possuem meios para viver uma vida digna, além de ignorar suas necessidades fundamentais. A capacidade de construir arranha-céus tensiona-se quando da existência de desabrigados, “sem ter um lar”. O egocentrismo torna-se, então, uma faca de dois gumes: enquanto leva o humano a tocar os céus, não satisfaz seus anseios mais basilares. Assim, o humano relaciona-se com algumas das simbologias que recobrem o morcego:

[...] o morcego reveste-se de dupla significação. No sentido positivo, é a imagem da perspicácia: um ser que vê mesmo no escuro, quando o mundo inteiro está mergulhado na noite. No sentido negativo, é a figura do inimigo da luz, da pessoa extravagante que faz tudo ao contrário do que deve, e que vê as coisas de cabeça para baixo, como um homem pendurado pelos pés. [...] O morcego simboliza, ainda, o ser definitivamente *imobilizado numa fase de sua evolução ascendente*: já não pertence ao grau inferior, e não atingiu o grau superior. (CHEVALIER; GHEERBRANDT, 1988, p. 621, grifos dos autores).

Uma ética questionável e uma relativização no trato para com os semelhantes, questões apontadas na fala do morcego, remetem-nos àquilo apresentado por Michel de Montaigne (1533-1592), um dos principais filósofos franceses do século XVI, em *Dos canibais*. Nele, o pensador apresenta o encontro entre certos viajantes europeus com uma tribo indígena. No desenrolar do ensaio, o autor se apercebe que os índios, inicialmente apontados como bárbaros, não possuem nenhuma selvageria, pelo contrário. Ao comparar seus comportamentos com os dos europeus, Montaigne percebe que os bárbaros parecem ser seus próprios compatriotas. Enquanto os índios são os virtuosos, os europeus, aparentemente civilizados, são o contrário: “[...] eis homens bem selvagens comparados conosco; pois, ou é preciso que, a sério, eles o sejam, ou que nós o sejamos: há uma fantástica diferença entre sua forma e a nossa”. (MONTAIGNE, 2009, p. 68).

Três índios decidem abandonar a “doçura de seu céu” e partir com os viajantes para as terras ditas civilizadas. Um dos questionamentos feitos por um destes índios que foram para a Europa é justamente acerca do contraste existente entre o conforto e a riqueza de certos homens e o completo abandono e miséria de outros. Traz o escritor francês:

Disseram, [...] (eles têm um tal modo de falar que chamam os homens “metades” uns dos outros), que tinham percebido haver entre nós homens satisfeitos e gozando de toda espécie de comodidades, enquanto suas metades mendigavam às suas portas, descarnados de fome e de pobreza. (MONTAIGNE, 2009, p. 71, aspas do autor).

O texto de Montaigne traz ainda outra contribuição ao refletirmos sobre *Os animais têm razão*. Os versos de Francisco são transversalmente contemplados pela temática do “Outro”, noção presente também em *Dos canibais*, pois os indígenas representam aqueles que são alheios à sociedade civilizada. Em Francisco, os bichos é que, a partir de seus queixumes, fazem com que o narrador reflita acerca das suas condutas e também das dos seus pares. O “Outro” colocado nas falas dos animais é aquele que serve de estopim para fazer com que o poeta se perceba num estado de reflexão sobre seus próprios comportamentos. O “Outro” vem a despertar uma relativização dos costumes. A partir dessa tomada de consciência é que o humano pode vir a modificar seus atos para com a natureza e, também, para com seus semelhantes.

Embora distantes temporalmente, acreditamos válida a possibilidade de ler *Os animais têm razão* sob o olhar do “Outro”. No cordel de Antônio Francisco, os sete animais podem ser vistos como representantes de uma totalidade que é alheia ao humano. Eles se coadunam num grande estrangeiro e apontam as más condutas do Homem, sejam estas relativas à natureza ou aos seus próprios semelhantes. Considere-se ainda o aspecto fantasioso que se configura no poema, a julgar tanto o aspecto do sonho, pois o eu-lírico narrador acreditava dormir e ter sido despertado pelos ruídos da reunião dos sete bichos, quanto à questão já citada da antropomorfização dos animais, que falavam, gritavam etc.

Uma das principais contribuições que a ideia de um “Outro” pode trazer para a interpretação do poema de Francisco é, justamente, a de avultar a ideia de que somente aqueles que observam de fora e que são alheios ao sistema dominante é que possuem a

capacidade de apontar suas falhas. A julgar pela reflexão e pela conclusão a que chega o eu lírico, que acaba por atribuir o senso racional aos animais e caracteriza a conduta humana como irracional, podemos pensar que o encontro com o “Outro” pode vir a representar também um encontro consigo mesmo.

Após pegar no sono e perder o fim da reunião, o eu lírico acorda. Antes de continuar sua viagem, investiga o local onde se deu a surreal reunião e percebe que os sete bichos deixaram somente pegadas. Numa comparação inevitável, chega a refletir sobre o quão diferente estaria o lugar caso a assembleia fosse protagonizada por homens: ao invés de pegadas, as marcas deixadas seriam lixo e sujeira. Assistir às conversas provocou no narrador um impulso de ressignificação e de problematização do comportamento do Homem em relação à natureza:

Quando o dia amanheceu,
Eu desci do meu poleiro.
Procurei os animais,
Não vi mais nem o roteiro,
Vi somente umas pegadas
Debaixo do juazeiro.

Eu disse olhando as pegadas:
— Se essa reunião
Tivesse sido por nós,
Estava coberto o chão
De piúbas de cigarros,
Guardanapo e papelão.

Botei a maca nas costas
E saí cortando o vento.
Tirei a viagem toda
Sem tirar do pensamento
Os sete bichos zombando
Do nosso comportamento.

Hoje, quando vejo na rua
Um rato morto no chão,
Um burro mulo piado,
Um homem com um facão
Agredindo a natureza,
Eu tenho plena certeza:
Os bichos tinham razão.
(FRANCISCO, 2010, p. 39-41).

A inversão de posturas sobre o mundo é metaforizada e ironizada pela retomada das ideias trazidas pelo porco e burro no início do poema. O “seboso” da história não é

o porco, e sim o Homem. Na fala do burro existe certa humanização do animal, pois ele é descrito como “chofer”, enquanto nestes últimos versos é tomada a direção oposta: o próprio narrador acaba por descrever para si uma situação de animalização, ao dizer que desceu do seu “poleiro”. Ora, o poleiro pode ser tomado justamente como o local em que dormem/descansam os pássaros, galinhas.

Considerações finais

Considerando que literatura e filosofia podem manter entre si uma relação de aproximação na distância (NUNES, 2010), propusemos uma leitura de *Os animais têm razão* (2010) que o investigasse a partir de possíveis ressonâncias com o pensamento de Bacon e de Montaigne, principalmente ao pensar: i) o trato da espécie humana para com a natureza e suas consequências; e ii) a possibilidade do olhar do “Outro” como estopim de relativização de certo sistema de costumes, a partir de Montaigne (2009).

Noções como as de intertexto (SAMOYAULT, 2008) e as do texto literário enquanto sistema de conexões (NITRINI, 2015) serviram-nos para pensar sua construção como um diálogo entre diferentes autores/as, pensamentos e ideologias. Assim, percebemos que temas como a relação do Homem com a natureza e com seus semelhantes assumem caráter quase atemporal e se fazem presentes tanto em textos do século XVII quanto do século XXI.

Com isso, notamos que o poema se apresenta criticamente acerca das interações entre o ser humano e a natureza e serve de alerta para a surdez do primeiro à voz do mundo natural. Cabe relembrar a admiração do eu lírico ao se deparar com o persistente verde das folhas do juazeiro: mesmo diante das adversidades, a árvore mantém-se de pé, resistindo, o que nos sugere a resiliência da natureza, que, apesar dos abusos do homem, resiste. Cientes disso, cabe aos humanos mudarem suas condutas para com seus semelhantes e para com o natural, além de refletirem: “os animais têm razão”?

Referências

- BACON, Francis. Nova Atlântida. *In*: BACON, Francis. **Novum organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. Tradução: José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 233-272.
- BACON, Francis. **A sabedoria dos antigos**. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BARBOSA, José. **Meu nome é José Barbosa, meu apelido é Josias**. 2. ed. Dourados: Biblio Editora, 2022.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. (Colab. André Barbault [et al.]), (Coord. Carlos Sussekind), (Trad. Vera da Costa e Silva [et al.]). Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- FRANCISCO, Antônio. **Os animais têm razão**. 2. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2010.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- MONTAIGNE, Michel de. **Dos canibais** (Org. Plínio Junqueira Smith). Tradução: Luiz Antônio Alves Eva. São Paulo: Alameda, 2009.
- NITRINI, Sandra. **Literatura comparada: história, teoria e crítica**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- NUNES, Benedito. Poesia e filosofia: uma transa. *In*: NUNES, Benedito. **Ensaios filosóficos**. (Org. Victor Sales Pinheiro). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 1-19.
- ROIPHE, Alberto. **Fuxico: o disse me disse na literatura de cordel**. Aracaju: Criação, 2016.
- SAMOYAUULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. Tradução: Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Recebido em 12/03/2023.

Aprovado em 19/07/2023.